



Estudo Desempregados em estágios e contratos de inserção são mão de obra barata para o Estado e privados

# Apoio ao emprego cria mercado de precários



Estudo do CES aponta que medidas aplicadas entre 2008 e 2015 serviram para "camuflar" os números do desemprego

Carla Sofia Luz  
carlaluz@jn.pt

► Os estágios apoiados por fundos públicos e os Contratos de Emprego e Inserção (CEI) converteram-se num mercado de trabalho secundário precário e mal pago, sob a égide do Estado e com efeito quase nulo na empregabilidade. Apesar das mudanças já executadas e em estudo pelo Governo e do "reconhecimento" do problema, esta realidade que coloca os desempregados a saltitar de estágio em estágio e de curso em curso de formação, à margem do sistema de emprego, ainda persiste.

Essa é a convicção do sociólogo Pedro Hespanha. O coordenador do Núcleo de Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades do Centro de Estudos Sociais (CES) e o investigador Jorge Caleiras analisaram os anos de 2008 a 2015 e traçam o retrato do "labirinto das políticas de emprego", percorrido pelos beneficiários sem orientação do centralizado e depauperado serviço público de emprego, que atrai os desempregados para sucessivos cursos de formação e trabalhos mal remunerados, com obrigações e sem direitos.

"Estas medidas não evitaram que os níveis de desemprego tivessem

crescido substancialmente nos anos em análise, antes o camuflaram", permitindo a expansão de "uma espécie de mercado de trabalho secundário, caracterizado por tarefas temporárias, desvalorizadas, inapropriadas à inserção profissional, no qual os utilizadores não gozam dos mesmos direitos labo-

## Centros de emprego depauperados de meios não fazem o acompanhamento

trabalho excecional. É trabalho corrente e as instituições deviam recorrer a contrato de trabalho.

### O que fazer para que os estágios, os CEI e a formação profissional tenham mais empregabilidade?

Para que tenham resultados é preciso que sejam aplicadas criteriosamente e que haja, de facto, o acompanhamento do desempregado ao abrigo dessas medidas. Numa altura em que a situação era mais crítica e era

mais dos trabalhadores regulares nem de liberdade", sublinham os investigadores do CES no estudo publicado este mês nos Cadernos do Observatório sobre Crises e Alternativas.

### Poucos ficaram empregados

O Estado não é ilibado. Não só permitiu o crescimento exponencial de beneficiários sem garantir que era feito o acompanhamento de quem colocava no mercado de trabalho por via das políticas ativas de emprego, mas também porque cometeu e ainda comete os pecados dos privados. Usa esta mão de obra fragilizada (sobretudo, os beneficiários de contratos de emprego e inserção) para suprir a falta de funcionários. Fina a vigência do apoio, não lhes dá um contrato de trabalho. "O generoso objetivo da promoção da empregabilidade acaba por ter pouco ou nenhum sucesso" e tem o "efeito perverso" de reforçar a "situação de risco" dos desempregados por "saltarem de medida em medida numa lógica continuada de marginalização do mercado regular de trabalho".

### Seis vezes mais estagiários

Entre 2010 e 2011, 64% dos beneficiários de cursos de formação mantinham-se inativos. O número de estagiários em 2015 era seis vezes superior ao de 2011. A maioria dos jovens acabou por ser dispensada no final dos estágios e, tanto o Estado como os privados, preferiam recrutar outros jovens estagiários e pagar menos. Entre os beneficiários dos CEI (cerca de 70% trabalhavam para a Administração Central ou Local), a taxa de empregabilidade direta do Estado era de 8,5% em 2014. ●

## recomendações :

### Alargar o Rendimento Social

● O estudo do Centro de Estudos Sociais recomenda que se flexibilize o Rendimento Social de Inserção (RSI), para que possa cobrir um espectro mais alargado de pessoas. "O RSI, no período em que cobriu mais gente, chegou aos 4% da população. A taxa de risco de pobreza anda pelos 20%. Os beneficiários do RSI são os pobres dos pobres e existem outras situações muito complicadas que ficam de fora. Há que rever esta medida de alívio muito importante e que tem custos, em termos orçamentais, relativamente baixos", argumenta o sociólogo Pedro Hespanha.

### Criar observatórios sociais

● Nos anos da troika (e ainda hoje persiste), a atuação dos serviços públicos de emprego foi muito centralizada. Para os investigadores, importa estimular mais a rede social e explorar outros programas de escala local, como os Contratos Locais de Desenvolvimento Social. A criação de observatórios locais também é muito útil para conhecer melhor a eficácia das medidas, adequando-as às necessidades locais. Os serviços públicos de emprego devem ter mais capacidade para atuar e maior autonomia.

### Fim às políticas cegas

● "A aplicação cega das políticas ativas de emprego não funciona. É preciso conhecer muito bem o percurso e as trajetórias dos próprios desempregados e ouvir a opinião das pessoas que passaram por essas medidas, saber o que pensam sobre elas", atenta Pedro Hespanha. Os investigadores alertam para o "enorme desconhecimento" do Estado sobre a população desempregada. As políticas públicas só se tornarão mais certeiras, precisas e eficazes com conhecimento.

### Reanimar o Mercado Social

● O estudo recomenda a reanimação do Mercado Social de Emprego, reinventando formatos e oferecendo soluções diversas e mais específicas.

## flash:

Pedro Hespanha

Sociólogo do Centro de Estudos Sociais

Redução no subsídio de desemprego deve ser revertida

O retrato da precariedade que existia em 2015 nos estágios e nos contratos de emprego e inserção (CEI) persiste hoje?

Sim, eu diria que sim. Para fazer justiça às mudanças, devo dizer que existe hoje reconhecimento pelo Estado de que há situações incorretas que têm de ser corrigidas. Mas temos uma tradição longa em que o próprio Estado aproveita esta mão de obra. Nos CEI, por exemplo, o aproveitamento é errado, pois não é

ser revertidas?

Acho que sim. As medidas devem ser entendidas como transitórias e funcionam como trampolim. Erradamente rotularam-se como subsidiodependência. De facto, elas têm um papel muito importante para garantir o mínimo de estabilidade e autonomia, para que as pessoas consigam recuperar. Não pode pensar-se que, por termos políticas ativas de emprego, podemos dispensar as políticas passivas.

mais necessário o acompanhamento do desempregado pelo serviço público de emprego, foi quando se reduziu pessoal e meios. Hoje pode não ser necessário recrutar mais gente, bastando realocar e dar formação aos funcionários. Não tem havido preocupação em ir ajustando as competências dos profissionais.

Houve cortes nas prestações sociais de desemprego no pico da crise. Essas medidas deviam